

Concessões

CRÉDITO SUPLEMENTAR JORNAL DA TARDE

Além de ter ganho do DNER o serviço de Monlevade, proposto pela emenda de João Paulo Pires, a empresa Engesolo obteve créditos suplementares e adicionais diretamente do Poder Executivo. Os relatórios favoráveis às concessões no Congresso foram feitas pelos deputados João Alves (PPR-BA) e Sérgio Guerra (PSB-PE), ambos envolvidos nas denúncias de corrupção do Orçamento e com os mandatos em risco. João Alves, por exemplo, por meio da emenda 00257, ampliou a empreitada para que fosse feito um sub-trecho na BR-262.

É exatamente em relação às verbas recebidas pela Engesolo que os membros da CPI estão montando as perguntas que farão ao deputado José Geraldo Ribeiro. Apelidado de "Quinzinho", numa referência ao percentual que cobra para liberar recursos federais, José Geraldo Ribeiro tem na emenda de João Paulo Pires uma peça de defesa, segundo um de seus assessores. Segundo ele, a empresa recebeu recursos por meio de uma emenda do deputado petista, que teve como sequência uma outra do deputado João Alves (PPR-BA), o parlamentar mais envolvido no escândalo.

José Geraldo vai comparar, no depoimento que vai fazer na CPI, a emenda do deputado do PT e a de João Alves, para tentar embaraçar os parlamentares da CPI e tentar sustentar que não pertence a esquema nenhum, porque do contrário o PT também faria parte dele. "Atendi ao pedido da comunidade porque as pessoas não têm como atingir a estrada que dá acesso ao comércio e portanto encaminharam a solicitação à prefeitura, mas isto não dá direito a ninguém de usar o meu nome ou associá-lo ao escândalo do Orçamento, que deve ser investigado até o fim", afirmou João Paulo Pires. **V.C./AE**